

## Por uma história ultramontana: Afonso Celso

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Ao inventariar as diversas vertentes da historiografia francesa, no período compreendido entre 1865 e 1885, o historiador Charles-Olivier Carbonell adverte os leitores para a existência de uma grave lacuna deixada pelos especialistas. Absenteísmo do qual não escaparam renomados estudiosos, do porte de Georges Lefebvre, Camille Julien, Louis Halphen. e, vale acrescentar, mais recentemente, a dupla Guy Bourdè & Hervé Martin, responsáveis pelo conhecido compêndio *Les écoles historiques*. No entender do Professor Carbonell, há uma espécie de *conspiração de silêncio* por parte dos autores universitários, laicos e republicanos contra um conjunto de historiadores e letrados de tendência católica e regalista, que gravitaram em torno da *Révue des questions historiques*, que circulou na França de 1866 a 1939. Carbonell atribui à *Révue* e ao seu principal mentor, Léon Gautier, as origens de uma *escola católica*, responsável pelo aparecimento de uma *historiografia providencialista, ultramontana e legitimista*, que se desenvolveu sobretudo no último quartel do século XIX<sup>1</sup>.

Ao que tudo indica, o mesmo tipo de conjura teria atravessado o Atlântico e atingido o historiador Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior - Conde de Afonso Celso. No debate intelectual brasileiro contemporâneo o seu nome costuma ser pronunciado com certas reservas. Via de regra, associado a uma contribuição sem maiores pretensões historiográficas, destinada ao público infantil, que ele mesmo qualificou de *ligeiro trabalho de vulgarização*<sup>2</sup>, preparado para celebrar a passagem do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Refiro-me ao livrinho *Porque me ufano do meu país*, cujo título deu origem ao substantivo *ufanismo*, expressão que passou a ser empregada para criticar o comportamento ou a atitude de quem se vangloria desmedidamente do potencial das riquezas e belezas naturais brasileiras<sup>3</sup>.

As principais sínteses da historiografia nacional passam ao largo da obra de Afonso Celso<sup>4</sup>. O historiador Sérgio Buarque de Holanda nem sequer o relaciona, dentre os autores arrolados no excelente artigo *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos* (1900-1950), editado no *Suplemento Cultura Brasileira*, do jornal carioca *Correio da Manhã*<sup>5</sup>. Apenas José Honório Rodrigues, no clássico *Teoria da história do Brasil*, dedica-lhe uma única e breve referência, a propósito de uma comunicação apresentada ao *I Congresso de História Nacional*, promovido pelo

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1914<sup>6</sup>, intitulada *O poder pessoal do Imperador*,

Estudiosos de outras áreas, no entanto, citam-no com frequência, a exemplo do filósofo João Cruz Costa, no livro *Contribuição à história das idéias no Brasil*, e do professor e crítico literário Wilson Martins, na sua *História da inteligência brasileira*<sup>7</sup>. Cruz Costa apóia-se na contribuição de Afonso Celso, *Oito anos de parlamento*<sup>8</sup>, para analisar as contradições que permearam o desenvolvimento do ideário republicano nos últimos tempos do regime monárquico<sup>9</sup>. Wilson Martins, além de constantes remissões à sua produção literária e jornalística, destaca o papel por ele desempenhado no panorama cultural do país, na difusão do ideário nacionalista durante a década 1910-1920, denominando-o de *chefe venerável do nacionalismo brasileiro*<sup>10</sup>.

Recentemente, a historiadora Angela de Castro Gomes e a socióloga Lúcia Lippi Oliveira romperam a conjura do silêncio em torno de Afonso Celso. A primeira, ao examinar a política cultural desenvolvida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), identifica-o como um dos principais autores publicados nas revistas culturais editadas pelo governo<sup>11</sup>. A segunda, num rápido ensaio onde procura articular a construção da identidade nacional com a definição dos heróis nos livros infantis, reporta-se ao já mencionado *Por que me ufano do meu país*, concluindo que neste caso o herói é a natureza<sup>12</sup>.

Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior nasceu na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais) em 31 de março de 1860. Filho do Visconde de Ouro Preto, ele haveria de percorrer um caminho inverso da maioria dos jovens oitocentistas brasileiros, que costumavam fazer da *república das letras* um atalho seguro, para atingir altos cargos na burocracia imperial, ou para disputar um assento no Poder Legislativo. Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de São Paulo, aos vinte e dois anos iniciou uma promissora carreira política, como deputado geral pela Província de Minas Gerais, impulsionado pelo prestígio paterno. Eleito sucessivamente em quatro legislaturas (1881-1889), sua passagem pela Assembléia Nacional fora bastante atribulada, marcada pela defesa de dois estandartes polêmicos: a abolição e o republicanismo. No plenário da Câmara, escandalizara liberais e conservadores, em virtude da crença declarada nos princípios republicanos:

*“Nada de ilusões; representante da nova geração; com o espírito afeito ao culto das luminosas idéias que constelaram o progresso da humanidade, deixando o rastro glorioso que é a coluna dos povos, ardendo ainda do santo entusiasmo que alimentou a coragem dos fortes nas porfias da história, eu sou, tenho sido sempre e me prezo de ser republicano (...) Republicano, eu adoto o Manifesto de 3 de dezembro de 1870, este manifesto tão sensato, tão lógico, tão moderado, e que parece nunca ter sido lido mesmo por muitos daqueles que atualmente o sustentam”*<sup>13</sup>.

Apesar desse pronunciamento tão contundente, o advento do regime republicano causou-lhe forte decepção. Abandonou as atividades políticas e seguiu para o exílio junto com o pai, o último presidente do Conselho de Ministros do Império. Entretanto, diferente do que sustentam os seus biógrafos oficiais<sup>14</sup>, aquela atitude tão extremada não deve ser creditada apenas à *piedade filial*<sup>15</sup>. Outros fatores também pesaram naquela decisão, pelo que se pode depreender do exame da sua história de vida. De ordem familiar, há que se considerar, também, a procura por recursos médicos para a cura de uma paralisia que acometera a sua filha Maria Eugênia, desde tenra idade<sup>16</sup>. Do ponto de vista político, conhecedor dos bastidores do Paço, dos conluios ali realizados pelos mesmos militares que tomaram o poder em 15 de novembro de 1889, ele não aceitara aquela quartelada, em nome da coerência aos seus princípios republicanos<sup>17</sup>. Aliás, no seu jubileu literário, comemorado em 1931, o Conde de Afonso Celso retomaria essa questão, afirmando que na velhice conservara os mesmos ideais da mocidade, porém a vida lhe ensinara (...) *que as revoluções devem ser mutações regeneradoras, tendentes, ao progresso moral (...), legítimas no seu intuito, justas nos seus princípios, moderada nos seus atos, felizes nos seus resultados; duradouras na sua obra*<sup>18</sup>.

Na Europa, Afonso Celso Júnior dedicou-se a buscar os mais diversos tratamentos para a filha enferma, peregrinando desde a clínica do afamado Dr. Charcot até a gruta do santuário de Nossa Senhora de Lurdes, a quem atribuiria mais tarde a cura milagrosa de Maria Eugenia<sup>19</sup>. A par disso, conheceu e privou da intimidade de D. Pedro II. A princípio, visitava-o no Hotel Bedford, em Paris, onde o monarca exilado fixara residência. Em seguida, passou a acompanhar Sua Majestade no circuito das

reuniões culturais da capital francesa. Alguns biógrafos, inclusive, atribuem a esse convívio amiadado com o ex-soberano as mudanças operadas nas suas posições políticas, o que lhe valeu o mote *republicano no Império, monarquista na República*<sup>20</sup>. Essa interpretação, no entanto, é passível de crítica. Tal como evidencia Phillipe Levillain, tudo indica que tais autores, instruídos sobre a vida de Afonso Celso, procuraram articular o curso do seu destino, (...) *fingindo pela narração constatá-lo, ao longo do tempo que passa*<sup>21</sup>. Assim, conquanto se possa constatar o apreço que ele passou a sentir pelo ex-soberano, não nos parece prudente rotulá-lo daquela forma.

No seu retorno ao Brasil, em 1891, ingressou no magistério superior, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas de Sociais – um dos estabelecimentos que deu origem à Faculdade Nacional de Direito no Rio Janeiro<sup>22</sup>. Dedicou-se às letras, privilegiando num primeiro momento o registro da memória daquela convivência com o ex-imperador, o que redundou no livro *Vultos e Fatos* (1892). Obra que se transformou num autêntico *best seller*, uma vez que vendeu 6000 exemplares. O bom desempenho editorial lhe serviu também como prova de *suficiência literária*, quando da sua indicação para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi admitido nesse mesmo ano<sup>23</sup>. Na poesia, obteve o reconhecimento da crítica, e teve alguns dos seus versos transformados em canções, nas notas do consagrado compositor Alberto Nepomuceno. Fez parte do grupo da *Revista Brasileira*. Integrou-se, ainda, no movimento em prol da criação da Academia Brasileira de Letras, da qual foi membro fundador em 1897.

Na imprensa, assinou uma série artigos e ensaios políticos nos periódicos cariocas *Gazeta da Tarde* e *A Liberdade*, ambos de propriedade do Visconde de Ouro Preto e de seu sócio, o político mineiro Gentil José de Castro, coronel da Guarda Nacional. Matérias que acabariam sendo entendidas como defensoras da volta do regime imperial. Publicou, ainda, em 1895, o opúsculo *Aos monarquistas*, o que lhe valeu a suspeita de envolvimento na organização de um partido restaurador, encabeçado pelo Visconde, *que chefiava os intérpretes do saudosismo monárquico*. Essas acusações trouxeram sérios transtornos para Afonso Celso e seu pai. Principalmente quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia da derrota imposta às tropas governistas pelos rebeldes do Arraial de Canudos, no sertão baiano. Dizia-se, que o suposto “partido

monarquista” fornecera dinheiro e armas aos fanáticos chefiados por Antônio Conselheiro.

Tais suspeitas, segundo Virgílio Corrêa Filho, acabaram por desencadear verdadeira uma comoção popular<sup>24</sup>. Ao empastelamento daqueles dois jornais, seguiu-se uma série de arruaças, que culminaram no episódio do assassinato de Gentil de Castro, em 8 março de 1897, na estação férrea de São Francisco Xavier, quando este tentava retornar à cidade de Petrópolis, acompanhado do Visconde e de seu filho. Após escaparem do atentado, os dois resolveram deixar o país, buscando refúgio novamente na França, onde permaneceriam por seis meses.

Na volta dessa segunda temporada de auto-exílio, Afonso Celso Júnior abandonou definitivamente a política<sup>25</sup>. A tragédia de Gentil de Castro causou-lhe marcas profundas. Retirou-se a tal ponto, que o político e escritor Assis Brasil, seu companheiro dos bancos da Faculdade de Direito, passou a apelidá-lo *Príncipe do Ostracismo*. Por outro lado, a doença da filha Maria Eugênia o aproximara da Igreja. Transformou-se num líder de campanhas e movimentos em favor da difusão do catolicismo. Como reconhecimento pela militância religiosa, a Santa Sé o agraciou com o título de Conde, em 1905<sup>26</sup>.

A produção historiográfica de Afonso Celso<sup>27</sup>, afora o conhecido *Por que me ufano do meu país*, compreende uma bibliografia de seis livros: *Vultos e fatos* (1892); *O Imperador no exílio* (1893); *Guerrilhas* (1895); *Contradictas monárquicas* (1896); *O assassinato do Coronel Gentil de Castro* (1897), e *Oito anos de parlamento* (1901). Existe, ainda, uma segunda edição do livro *Oito anos de parlamento*, datada de 1928, onde foram acrescentados os textos *Poder pessoal de D. Pedro II*, *Inversão das situações políticas*, *Os programas dos partidos*, e *Agitação democrática*<sup>28</sup>. A *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, doravante denominada apenas de *Revista*, imprimiu oito trabalhos de sua autoria, inclusive uma re-publicação da obra *O assassinato do Coronel Gentil de Castro*<sup>29</sup>. Divulgou, também, uma copiosa coleção de discursos, biografias, necrológicos, em função de suas atividades como orador oficial do grêmio e, mais tarde, como presidente perpétuo do IHGB, cargo que exerceu entre 1912 e 1938, quando veio a falecer. No presente estudo, além dos títulos citados, pretendo examinar com maior minúcia o material publicado pelo Instituto Histórico.

Na bibliografia deixada por Afonso Celso percebemos a existência de dois traços constantes: o caráter autobiográfico e a admiração pelo Imperador D. Pedro II. No primeiro caso, a produção reflete a sua *trajetória*, no sentido tomado por Pierre Bourdieu, como *uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário*<sup>30</sup>. Aliás, o único trabalho que foge a essa característica é a monografia *Questão de limites*, onde estuda a formação territorial de Goiás, atendendo a uma solicitação do governo federal, que pretendia dirimir certos litígios interestaduais entre Goiás e Mato Grosso<sup>31</sup>.

Os livros editados no período 1892-1901 privilegiam temas políticos contemporâneos. Correspondem ao que Maria de Lourdes Mônaco Janotti denomina de *diálogo convergente*<sup>32</sup>, fase da historiografia brasileira em que homens públicos e intelectuais procuraram examinar os fatores que levaram à queda do regime imperial e a subsequente ascensão da República. Assim, a coletânea *Vultos e fatos* abrange uma mistura eclética de experiências autobiográficas, que se estendem desde o relato da doença da filha Maria Eugênia até os assuntos tratados nas longas conversas mantidas com D. Pedro II, em Paris<sup>33</sup>. Já o livro *O Imperador no exílio* consiste apenas numa separata de um dos capítulos de *Vultos e fatos*. Seu lançamento, porém, causou grande polêmica no Rio de Janeiro, em virtude do *Prefácio*, dedicado à Princesa Isabel, onde o autor narra as manifestações de pesar da população carioca, com a notícia da morte do ex-soberano, e a repressão das autoridades do novo regime àquela expressão pública de apreço. Por sua vez, as publicações *Guerrilhas e Contradictas Monárquicas*<sup>34</sup> são obras tributárias de uma ácida polêmica política travada pela imprensa entre Afonso Celso e o Conselheiro Antonio Ferreira Viana, antigo líder do Partido Conservador e ex-Ministro do Império, que se bandeara para as hostes republicanas, logo após queda do regime.

Em *Oito anos de parlamento*, editado em 1901, continuaria prevalecendo a perspectiva autobiográfica. Narra a sua experiência de jovem parlamentar nos últimos anos da monarquia. Porém, já não se trata apenas do relato de um político em plena militância partidária. Mais amadurecido, procura reforçar suas *Reminiscências e Notas*, subtítulo do livro, com uma bibliografia pertinente, acompanhada de um conjunto de fontes de significativa importância, os *Anais da Câmara dos Deputados*. Neste trabalho, ele resgata a sua controvertida estréia na Câmara dos Deputados, trazendo à tona a problemática da sua adesão às idéias abolicionistas e republicanas. Questão que serve de

fio condutor para um exame apurado das causas que provocaram a queda do regime, suas contradições políticas, bem como a atuação dos partidos e a formação dos gabinetes imperiais.

Tais pontos de vista, ele aprofundou mais tarde, ao preparar a segunda edição de *Oito anos de parlamento* (1928), onde incorporou os textos *Inversão das situações políticas* e *Agitação democrática*. No primeiro, aponta as carências dos programas dos partidos, por meio do exame das suas práticas políticas. Sustenta sua argumentação transcrevendo os debates travados no Legislativo, em especial a crítica contundente que fizera aos seus pares, na sessão de 22 de junho de 1886: (...) *Liberais e conservadores passam pelo poder sem deixar vestígios que os distingam. (...) afiguram-se de uma identificação perfeita. Não se lhes percebe quase o revezamento. É o sai para que eu ocupe o teu lugar - a mola real de todas as lutas, a consubstanciação de todos os programas*<sup>35</sup>. No segundo, utiliza-se do mesmo recurso, para recuperar uma advertência formal que fizera da tribuna da Câmara ao gabinete conservador do Barão de Cotegipe, onde se lê: (...) *É preciso ir preparando francamente o terreno para outra forma de governo, cujo advento é inevitável e irrepresível*(...). Após reanimar as idéias defendidas na mocidade, Afonso Celso resolve colocar um ponto final nas suas reflexões sobre as causas que derrubaram a monarquia:

*(...) Cheguei a conclusão de que a República tinha de vir. Atribuí-la a este ou aquele sucesso isolado, a esta ou aquela circunstância fortuita (...) é explicar graves acontecimentos históricos por aquilo que Voltaire denominou o sistema de coisas fúteis. O 15 de novembro, como o 13 de maio foi a conclusão necessária de premissas de há muito estabelecidas. Todos os partidos políticos concorreram, mais ou menos para a República, todos os homens públicos, desde o Imperador até ao último deputado ou jornalista, uns pela ação, outros pela inação, uns pelo que praticaram, outros pelo que deixaram de praticar*<sup>36</sup>.

No que se refere aos sentimentos que nutria pelo Imperador D. Pedro II, basta dizer boa parte do livro *Vultos e Fatos* foi dedicada ao esclarecimento episódios e certas frases de efeito atribuídas pela imprensa republicana ao ex-monarca, a exemplo daquele célebre murmúrio (...) *leveí quarenta anos a carregar maus governos*, à propósito da

pressa com que as autoridades do novo regime obrigaram-no a deixar o país, em 17 de novembro de 1889. Segundo Afonso Celso, Sua Majestade lhe afiançara que jamais havia dito coisa semelhante. É certo que protestara contra o embarque tumultuado para o exílio, altas horas da noite. Porém, com uma outra frase: (...) *Eu quisera sair do país de dia, de cabeça erguida, porque a minha consciência não me acusa de ter dado causa a isso que está se passando*<sup>37</sup>.

Esse tratamento também pode ser percebido nas monografias “D. Pedro II”; “Glória ao Magnânimo” e “Isabel, a Redentora”, as duas últimas escritas para o tomo especial da *Revista*, em homenagem ao centenário de nascimento do soberano em 1925. O mesmo se observa na memória histórica *O poder pessoal de D. Pedro II*, apresentada em 1914 no I Congresso de História Nacional, com o objetivo de analisar os limites constitucionais do poder moderador, instituído pela Carta Outorgada de 1824. É interessante notar que, se por um lado, do ponto de vista jurídico, Afonso Celso discute o perigo desta faculdade, que concedia ao soberano uma formidável concentração de prerrogativas, por outro, personaliza o modo como D. Pedro II exerceu o chamado *quarto poder*, ao longo do Segundo Reinado. Deste modo, acaba concluindo que apesar dos riscos, graças às suas virtudes morais e pessoais, o monarca não cometeu abusos, nem arbitrariedades, que tivessem comprometido a harmonia entre os poderes do Estado Imperial<sup>38</sup>.

No conjunto de trabalhos até aqui examinados, o Conde de Afonso Celso não externa seus conceitos de história. Cabe registrar que nossa análise se sustenta numa perspectiva historiográfica, aqui entendida como o *exame dos diferentes discursos do método histórico e dos diferentes modos de escrita da história*<sup>39</sup>. Salvo uma singela referência a frase atribuída a Voltaire, o que poderia ser entendido como uma pista de racionalismo<sup>40</sup>, ele não faz nenhuma menção mais significativa, que ofereça alguma indicação segura sobre autores ou obras que estariam informando aquelas narrativas. Suas concepções de história iriam aparecer com maior nitidez nos pronunciamentos realizados no Instituto Histórico, sobretudo quando passou a exercer a presidência da Casa da Memória Nacional. Portanto, numa outra fase da sua *trajetória*, quando já havia trocado o exercício da política, pela militância religiosa. Diga-se de passagem, que no livrinho *Porque me ufano do meu país* (1901), ele já oferece alguns vestígios das suas idéias sobre a história:

“(…) *Confiemos. (...) Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos*”.

Seus discursos caracterizavam-se por recorrentes invocações à Providência. O que num primeiro momento chega a confundir o leitor, induzindo-o a supor que Afonso Celso inspirava-se em Ernest Renan. Porém, à medida em que se compara as suas reflexões com as do celebrado historiador francês, essa hipótese não se sustenta. O exame da obra de Renan revela um homem consumido pela dúvida, diante da dificuldade de conciliar a ciência e o catolicismo, a ponto de levantar a premissa de que o catolicismo deixaria de *ser um dogma para se converter numa poética*<sup>41</sup>, Afonso Celso, pelo contrário, mostrava-se dono de uma fé inquebrantável. Em momento algum questionaria os desígnios de Deus, em suas diferentes manifestações, boas ou más. Postura que aponta, mais vez, para pressupostos que orientavam a chamada *escola católica de história*, enunciados por Charles Olivier Carbonell.

As idéias desenvolvidas por um intelectual, sobretudo quando se trata de um discurso sobre a história, dificilmente podem ser apreendidas, sem levar em conta a sua percepção de tempo, à luz de aspirações e desígnios. Entretanto, não basta apenas ordenar o passado, com base em tais desígnios. É preciso organizar, também, o futuro. Deste modo, os acontecimentos, que à primeira vista se mostram como simples sucessão cronológica, adquirem o caráter de destino. Um destino previamente traçado, graças à régua e ao compasso da Providência<sup>42</sup>.

Na retórica de Afonso Celso, a razão aparece subordinada à crença em Deus, o que lhe possibilita identificar com maior clareza os traços contínuos da vontade divina. Na sua percepção, a história se desenrolaria de maneira linear, seguindo uma lei de desenvolvimento geral. Assim, todos os acontecimentos, pessoas e situações tomam lugar em relação a esse fluxo, do qual recebem em definitivo o seu significado. A propósito dos sucessos do Barão do Rio Branco na demarcação das fronteiras brasileiras, por exemplo, ele afirmaria: “(…) *No passado, nos velhos arquivos,*

*encontrou Sua Excelência as armas do seu triunfo*”. Porém, trata de esclarecer logo adiante que o recurso às fontes, o uso do método crítico e a erudição não bastariam para que o Ministro resolvesse os intrincados litígios dos limites nacionais. No seu ponto de vista, a atuação de Rio Branco, em última análise, só obteve êxito porque “(...) *Permitiu-lhe a Providência que, deveras, materialmente, acrescentasse a terra cara...*”<sup>43</sup>. Noutra oportunidade, na fala de encerramento do Primeiro Congresso de História Nacional, após discorrer sobre a importância da dúvida metódica e das regras da crítica histórica, abre uma brecha para manifestar o seu reconhecimento ao Criador, em virtude do bom desempenho acadêmico dos seus pares durante certame, “(...) *Agradeçamos... Agradeçamos sobretudo à Aquele sem cujo beneplácito não se efetuam nem as grandes nem as pequenas causas...*”, exclamava ele cheio de entusiasmo<sup>44</sup>.

O Conde de Afonso Celso acreditava que Deus se vale dos homens para corrigir os erros dos próprios homens, servindo-se da punição expiatória para salvar a humanidade, tal qual a filosofia católica de história enunciada por Léon Gautier, o principal mentor da *Revue des questions historiques*<sup>45</sup>. Certa feita, respondendo às críticas de alguns setores da intelectualidade, que consideravam inoportuna a decisão do Instituto Histórico de realizar o Primeiro Congresso de História Nacional, poucos meses depois do início da Primeira Guerra Mundial, argumentaria: “(...) *Consterna-o (o Instituto) a catástrofe que assoberba o Velho Mundo e vai, obedecendo às leis abscônditas da Providência, fazer talvez retrogradar a civilização...*”. Contra-ataca, em seguida, seus censores, afirmando que “(...) *Mercê de Deus..., o trabalho é (...) tanto mais meritório quanto executado em meio a graves apreensões...*”<sup>46</sup>. Finalmente, conclui suas reflexões, salientando que apesar do conflito em curso, era preciso cuidar do amanhã, cujo curso natural já estaria previamente traçado pela vontade divina.

A Providência nessa concepção de história faz-se presente em toda a parte. E mais, sempre se mostrando diligente e operosa. Causa primeira e última pode ser invocada como razão de ser de todos acontecimentos e situações<sup>47</sup>. Deste modo, qual um oráculo, Afonso Celso arriscava seus vaticínios sobre o devir. Neste sentido, a saudação que dirigiu aos delegados estrangeiros, na cerimônia de abertura do Primeiro Congresso Internacional de História da América, em 1922, constitui-se num exemplo pontual. A princípio, estabeleceu um nítido contraste entre a calma da situação política no hemisfério ocidental e a conflituosa marcha dos acontecimentos na Europa,

no período entre-guerras. Mais adiante, valendo-se de uma conhecida frase de Turgot, “A América é a esperança do gênero humano”, anunciou aos congressistas suas previsões acerca do destino que estaria reservado ao continente americano:

*“(…) Torne-se o Novo Mundo o renovador do mundo; institua-se a paz americana (...) da qual os anjos saudaram o natal do Messias... E na verdade cabe a América uma missão messiânica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo,...”*<sup>48</sup>.

Convertido no motor da história, Deus passa ser a constantemente nomeado, invocado e evocado em todas as reflexões desse intelectual, cujos discursos se constituem qual uma sucessão de orações e profissões de fé. Mas Afonso Celso não se limita apenas a subordinar a ciência à fé católica. A fórmula por ele engendrada se prestaria a um desdobramento. Afinal, se o curso da História está previamente determinado pela Providência, as vivências do passado devem ser perenizadas. Positivas ou negativas, representam aprendizagens de vida. Assim, a História não apenas reflete a manifestação da vontade divina, como também se constitui na grande *mestra da vida*<sup>49</sup>. Neste sentido, vale a pena rever o discurso que pronunciou na sessão de abertura do II Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico, entre 7 e 14 de abril de 1931, para comemorar o centenário da insurreição que culminou com a abdicação de D. Pedro I, encerrando o Primeiro Reinado:

*(...) Vai o Congresso ocupar-se do movimento de 7 de abril de 1831, (...), isto é, um dos mais agitados períodos da nossa evolução (...) pelo seu caráter a um tempo nativista e liberal; pela sua moderação, aliada à firmeza e discernimento; pela nobre maneira como procederam vencedores e vencidos, o soberano deposto, a força armada, o povo (...); apresenta admiráveis feições especiais cuja benemerência cívica será assinalada pelos trabalhos do Congresso, para o doutrinamento da geração atual e das vindouras, incutindo-lhes veneração, desvanecimento, gratidão (...) mentalidade essa que engendra, em decisiva parte, a energia moral, superior à material, dos cidadãos e dos Estados*<sup>50</sup>

A transcrição é longa, porém necessária. Mormente quando se sabe que o certame do Instituto Histórico realizou-se no Rio de Janeiro, numa conjuntura de grande efervescência política, gerada pela chamada “revolução de 30”, que levou Getúlio Vargas ao poder, sinalizando o fim da *República Velha*. A mensagem dirigida aos participantes do II Congresso de História Nacional, por conseguinte, admite uma outra leitura. Ou seja, o momento se mostrava oportuno para reanimar os acontecimentos do passado e refletir sobre as condições do presente.

---

<sup>1</sup> Charles-Olivier Carbonell, *Histoire et Historiens. Une mutation idéologique des historiens français 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976, p. 325.

<sup>2</sup> A 1ª edição, escrita por ocasião do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, saiu em 1900. Neste trabalho utilizamos a 4ª edição. Ver. Afonso Celso, *Porque me ufano do meu país*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.

<sup>3</sup> A expressão ufanismo significa, hoje em dia, “atitude, posição ou sentimento das pessoas que influenciadas pelo potencial das riquezas e belezas naturais brasileiras vangloriam-se do país desmedidamente”. Cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 1424.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, José Roberto Amaral Lapa, *Historiografia brasileira. A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976. Ver, ainda: Stanley Stein, “A historiografia do Brasil (1808-1889)”. *Revista de História*, São Paulo, 59 : 81-133, 1964. Alcides Bezerra, “Os historiadores do Brasil no século XIX”. *Arquivo Nacional - Relatório Anual do Diretor referente a 1926*, Rio de Janeiro, 1927, p.61-76. Pedro Moacyr de Campos, “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”. In: Jean Glénisson, *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1961, p.250-293 (volume complementar da Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

<sup>5</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”. *Correio da Manhã – Suplemento Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1951, p. 1-3.

<sup>6</sup> José Honório Rodrigues, *Teoria da história do Brasil: uma introdução metodológica*. 5ª ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978, p. 154.

<sup>7</sup> Ver João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil.(O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956. Ver, também, Wilson Martins, *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. São Paulo: Cultrix, 1978, v. VI.

<sup>8</sup> Afonso Celso, *Oito anos de Parlamento - Poder pessoal de D. Pedro II. Reminiscências e notas*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

<sup>9</sup> Cf. João Cruz Costa, op. cit. p. 202 e 241.

<sup>10</sup> Cf. Wilson Martins, op.cit. p. 191.

<sup>11</sup> Ver, dentre outras citações, Angela Maria de Castro Gomes, “Os historiadores e seu *métier*”. In: \_\_\_\_\_, *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 104-105.

<sup>12</sup> Ver, também, Lucia Lippi Oliveira, “Heróis e crenças construindo um país”. *Jornal do Brasil – Caderno Idéias*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1999, p.7. Angela de Castro Gomes também se reporta ao livro *Porque me ufano do meu país*, como a obra mais conhecida de Afonso Celso. Ver, Ângela de Castro Gomes, op. cit. , p . 105.

---

<sup>13</sup> Afonso Celso, apud Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, “Recordações do Conde de Afonso Celso”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 247: 215, 1960.

<sup>14</sup> Ver a esse respeito as reflexões de Pierre Bordieu, quando analisa os limites e as censuras específicas, que afetam processo de construção da apresentação *pública*, entendida como a oficialização de uma representação *privada* da própria vida. Pierre Bordieu, “A ilusão biográfica”. In: \_\_\_\_\_, *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996, p. 80-81.

<sup>15</sup> Segundo o Ministro Ildefonso Mascarenhas da Silva, Afonso Celso se tornara monarquista por  *piedade filial*. Cf. Ildefonso Mascarenhas da Silva, “Conde de Afonso Celso, Professor”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 247: 229, 1960.

Ver, também, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. *Idem*, op. cit., p.221.

<sup>16</sup> Esta questão é pouco aprofundada pelos seus biógrafos. Porém, a doença de sua filha Maria Eugênia abalou-o profundamente, a ponto de dedicar-lhe dentre outros, os textos *Anjo enfermo e Minha filha*.

<sup>17</sup> No necrológio de Afonso Celso, o sócio Alfredo Valadão, jurista e historiador que com ele conviveu por mais de 20 anos, confirma suas desilusões com o advento da República: (...) *Ele a queria, sempre, pelo voto livre e regular da nação e não pelo movimento armado, (...) não se conformaria jamais com a despedida de quem só estava a dois passos da morte*. Cf. Alfredo Valadão, “Discurso do orador oficial na sessão magna de 21 de outubro de 1938”. *Revista do IHGB*, 173: 867, 1938.

<sup>18</sup> Cf. Afonso Celso, apud Ildefonso Mascarenhas da Silva. *Op. cit.* 229.

<sup>19</sup> Cf. Wilson Martins, *op. cit.* p. 452.

<sup>20</sup> Cf. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, “Recordações do Conde de Afonso Celso”. *Op. cit.*, p. 202.

<sup>21</sup> Philippe Levillain, “Os protagonistas: da biografia”. In: René Rémond, *Por uma história política*, *op. cit.* p.155-156.

<sup>22</sup> A Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, estabelecimento de ensino superior, cuja fusão com a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, deu origem à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, seria incorporada à Universidade do Rio de Janeiro pelo governo federal em 1921. Oficializada em 1931, passou a se chamar Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Além de catedrático, Afonso Celso dirigiu a Faculdade entre 1910 e 1926. Em 1925 foi nomeado Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, cargo que acumularia com a direção da Faculdade até 1926, quando renunciou a ambos, depois de uma greve geral dos estudantes, que protestavam contra o projeto da reforma de ensino superior no país. Cf. Ildefonso Mascarenhas da Silva, *op. cit.*, p.234-244,

<sup>23</sup> Cf. IHGB, “Ata da sessão de 23 de setembro de 1892”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 55 (86): 360-362, 1892.

<sup>24</sup> Cf. Virgílio Corrêa Filho, “Afonso Celso – Conferência proferida na Federação das Academias de Letras, em 26 de março de 1960”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 247: 289, 1960.

<sup>25</sup> A partir de 1906, Afonso Celso passou a assinar uma coluna no *Jornal do Brasil*, intitulada *Cotas aos casos*.

<sup>26</sup> João Kopke Fróes, “Afonso Celso, o exilado voluntário de 1889”. *Revista do IHGB*. *Idem*, p.278-279.

<sup>27</sup> Deixaram de ser incluídos neste levantamento as obras literárias e as contribuições esparsas na imprensa, inclusive a sua coluna “Cotas aos casos”, publicada por mais de vinte anos no *Jornal do Brasil*.

<sup>28</sup> Afonso Celso, *Oito anos de Parlamento - Poder pessoal de D. Pedro II. Reminiscências e notas*. Nova edição aumentada. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_, “D. Pedro II”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 64 (104): 125-129, 1901.

\_\_\_\_\_, “Questão de limites”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 87 (141): 11-57, 1920.

\_\_\_\_\_, “Glória ao Magnânimo”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 98 (152): 86-89, 1925.

- 
- \_\_\_\_\_, “Isabel, a Redentora”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 98 (152): 212-216, 1925.
- \_\_\_\_\_, “O assassinato do Coronel Gentil de Castro”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 103 (157): 133-227, 1928.
- \_\_\_\_\_, “Cousas de antanho”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 107 (161): 613-616, 1930.
- <sup>30</sup> Pierre Bourdieu, Por uma ciência das obras”. In: \_\_\_\_\_, *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*, op. cit. P. 71-72.
- <sup>31</sup> Afonso Celso, “Questão de limites”. Op. cit.
- <sup>32</sup> Maria de Lourdes Mônaco Janotti, “O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República”. In: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.119-143.
- <sup>33</sup> Afonso Celso, *Vultos e Fatos*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, s.d.
- <sup>34</sup> \_\_\_\_\_, *Contradictas monárquicas*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1896.
- <sup>35</sup> \_\_\_\_\_, “Inversão das situações políticas”. Idem, p. 218.
- <sup>36</sup> \_\_\_\_\_, “Agitação democrática”. Idem, p. 239-240.
- <sup>37</sup> \_\_\_\_\_, “Vultos e Fatos”, apud \_\_\_\_\_, *Oito anos de Parlamento* Op. cit., p. 190.
- <sup>38</sup> Afonso Celso, “O poder pessoal de D. Pedro II”. In: \_\_\_\_\_, *Oito anos de Parlamento*. Idem, p. 198.
- <sup>39</sup> Cf. Guy Bourdè & Hervé Martin, “Introdução”. In: \_\_\_\_\_, *Les écoles historiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 9.
- <sup>40</sup> Sobre história racionalista e Votaire, ver, Georges Lefebvre, “Techniques et points de vue de l’histoire de Voltaire”. \_\_\_\_\_, *La naissance de l’historiographie moderne*. Paris: Flammarion, Éditeur, 1971, p. 132-135.
- <sup>41</sup> (...) Permitted the Lord that I could forget for a moment the infeasibility of scientific Catholicism (...) It is coherent to be Catholic: to be Catholic, it is necessary to admit everything that teaches Catholicism (...) Science aspires to truth; religion tends, above everything, to be beautiful (...) It is the synthesis of what I think currently: religion is not the truth; it is the instrument of the ideal life of humanity. Cf. Ernest Renan, “D’une religion à l’autre”. \_\_\_\_\_, *Histoire et parole – Ouvres diverses*. Paris: Robert Laffont, 1984, p. 225-226. ( Bouquins – Collection dirigée par Guy Schoeller)
- <sup>42</sup> Cf. Charles Olivier Cabonell, “Une école catholique”. Op. cit. p. 340-343.
- <sup>43</sup> Afonso Celso, “Discurso de saudação ao Barão do Rio Branco, proferido em 31 de janeiro de 1908.” *Revista do IHGB*, 71 (1): 430-431, 1908,
- <sup>44</sup> Afonso Celso, “Discurso de encerramento, proferido em 16 de setembro de 1914”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB, 1915, tomo 1, p.171.
- <sup>45</sup> Charles Olivier Cabonell, “Une école catholique”. Op. cit. p. 342.
- <sup>46</sup> Afonso Celso, “Discurso de abertura, proferido em 07 de setembro de 1914”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB, 1915, tomo 1, p. 85.
- <sup>47</sup> Cf. Charles Olivier Cabonell, op. cit. p. 326-327.
- <sup>48</sup> Afonso Celso, “Discurso na sessão de abertura do Primeiro Congresso Internacional de História da América, proferido em 8 de setembro de 1922”. *Anais do Primeiro Congresso Internacional de História da América*, Rio de Janeiro: IHGB, 1925, tomo 1, p. 43.
- <sup>49</sup> Ver, a esse respeito, Reinhart Koselleck, “Historia magistra vitae”. In: \_\_\_\_\_, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 36.
- <sup>50</sup> Afonso Celso, “Discurso de abertura na sessão inaugural do Segundo Congresso de História Nacional, proferido em 7 de abril de 1931” *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1934, v.1, p.17.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

- 
- AFONSO CELSO, Conde de. *Contradictas monárquicas*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1896.
- \_\_\_\_\_. “Cousas de antanho”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 107 (161): 613-616, 1930.
- \_\_\_\_\_. “D. Pedro II”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 64 (104): 125-129, 1901.
- \_\_\_\_\_. “Discurso de abertura, proferido em 7 de abril de 1931” *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1934, v.1, p.17-25.
- \_\_\_\_\_. “Discurso de abertura, proferido em 07 de setembro de 1914”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB, 1915, tomo 1, p. 85.
- \_\_\_\_\_. “Discurso de encerramento, proferido em 16 de setembro de 1914”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB, 1915, tomo 1, p.171.
- \_\_\_\_\_. “Discurso de saudação ao Barão do Rio Branco, proferido em 31 de janeiro de 1908”. *Revista do IHGB*, 71 (1): 430-431, 1908,
- \_\_\_\_\_. “Discurso na sessão de abertura do Primeiro Congresso Internacional de História da América, proferido em 8 de setembro de 1922”. *Anais do Primeiro Congresso Internacional de História da América*, Rio de Janeiro: IHGB, 1925, tomo 1, p. 43.
- \_\_\_\_\_. “Glória ao magnânimo”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 98 (152): 86-89, 1925.
- \_\_\_\_\_. *Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1896
- \_\_\_\_\_. “Isabel, a Redentora”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 98 (152): 212-216, 1925.
- \_\_\_\_\_. *O assassinato do Coronel Gentil de Castro*, Paris, 1897.
- \_\_\_\_\_. “O poder pessoal de D. Pedro II”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro: IHGB, 1915, tomo 1, p. 85.
- \_\_\_\_\_. *Oito anos de Parlamento - Poder pessoal de D. Pedro II. Reminiscências e notas*. Nova edição aumentada. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.
- \_\_\_\_\_. *Porque me ufano do meu país*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.
- \_\_\_\_\_. “Questão de limites”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 87 (141): 11-57, 1920.
- \_\_\_\_\_. *Vultos e Fatos*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, s.d.
- BEZERRA, Alcides. “Os historiadores do Brasil no século XIX”. *Arquivo Nacional - Relatório Anual do Diretor referente a 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p.61-76.
- BORDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *Lês écoles historiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Histoire et Historiens. Une mutation idéologique des historiens français 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. “Afonso Celso –”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 247: 282-294, 1960.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil.(O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FRÓES, João Kopke. “Afonso Celso, o exilado voluntário de 1889”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 247:269-281, 1960
- GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” . *Correio da Manhã – Suplemento Cultura Brasileira*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1951, p. 1-3.
- KOSELLECK, Reinhart. “Historia magistra vitae”. In: \_\_\_\_\_, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 37-62.

- 
- LAPA, José Roberto Amaral, *Historiografia brasileira. A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LEFEBVRE, Georges. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, Éditeur, 1971.
- LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*, op. cit. p.155-156.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Heróis e crenças construindo um país”. *Jornal do Brasil – Caderno Idéias*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1999, p.7
- RENAN, Ernest, *Histoire et parole – Ouvres diverses*. Paris: Robert Laffont, 1984. (Bouquins – Collection dirigée par Guy Schoeller)
- REMON, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: uma introdução metodológica*. 5ª ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- SILVA, Ildfonso Mascarenhas da. “Conde de Afonso Celso, Professor”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 247: 228-268, 1960.
- STEIN, Stanley. “A historiografia do Brasil (1808-1889)”. *Revista de História*, São Paulo, 59 : 81-133, 1964.
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão “Recordações do Conde de Afonso Celso”, *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 247: 201-227, 1960.
- VALADÃO, Alfredo. “Discurso do orador oficial na sessão magna de 21 de outubro de 1938”. *Revista do IHGB*, 173: 867-893, 1938.